

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Operação padrão chega a um mês e já afeta a Zona Franca.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara Superior do Carf livra contribuintes de multa de 150%.....4

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Antiga, promessa de zerar o IOF não é essencial para OCDE.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Cortes no Orçamento federal causam apreensão, diz frente de prefeitos.....6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

INSS libera consulta a extrato com reajuste para mais de 36 milhões de beneficiários
.....7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Servidores retomam luta por reajuste.....8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

PEC dos Combustíveis vai gerar mais inflação, não menos - SOLANGE SROUR.....9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro adota tom 'ambientalista' por OCDE.....10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor produtivo prevê mais investimentos, mas teme Custo Brasil.....11

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

OCDE: Com possível entrada no organismo, setor produtivo prevê mais investimentos, mas
teme Custo Brasil
.....12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Combustíveis: ICMS mantido.....13

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reforço no caixa (Editorial).....14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados estendem por 60 dias congelamento do ICMS da gasolina.....15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Zerar tributos federais sobre combustíveis pode custar R\$ 130 bi.....17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dívida do governo federal sobe 12% em 2021 e chega a R\$ 5,61 trilhões..... 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Alta da comida puxa inflação..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Trabalhador formal está há três anos sem ganho salarial real, diz pesquisa..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Seca no Sul põe mais pressão sobre preços de alimentos..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Banco central dos EUA indica que juros começam a subir em março..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Ômicron, falta de suprimentos e inflação alta são obstáculos para retomada da economia global
..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Gasto de brasileiros no exterior em 2021 é o menor em 16 anos..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

CGU ignora pedidos de Guedes para revelar indicações políticas..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O Brasil e o mundo atentos à China (Editorial)..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Surpresa em prévia da inflação leva mais previsões de IPCA a superar 5%..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Importação e remessas puxam déficit em 2021..... 38

Operação padrão chega a um mês e já afeta a Zona Franca

Rafael Walendorff

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187125?page=6§ion=3

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187125?page=6§ion=3

Câmara Superior do Carf livra contribuintes de multa de 150%

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187125

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187125

Antiga, promessa de zerar o IOF não é essencial para OCDE

Assis Moreira De Genebra

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187125

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187125

Cortes no Orçamento federal causam apreensão, diz frente de prefeitos

Estevão Taiar Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187125

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187125

INSS libera consulta a extrato com reajuste para mais de 36 milhões de beneficiários

Luciana Lazarini

Os mais de 36 milhões de beneficiários que recebem aposentadorias, pensões por morte, auxílios e outros benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) podem consultar o extrato de pagamentos de janeiro, que mostra o valor da renda previdenciária com o reajuste anual. O **INSS** informou que concluiu a liberação dos extratos de pagamento de janeiro para todos os benefícios ativos.

O extrato é consultado pelo Meu **INSS**, sistema que exige um cadastro prévio para quem ainda não tem senha registrada. A consulta é importante para o beneficiário verificar os descontos feitos e se há alguma cobrança indevida.

O extrato informa quanto será pago de Imposto de Renda, para quem não é isento, além de valores de parcelas de empréstimo consignado ativo e de pagamentos a associações, se houver.

Os depósitos dos benefícios com o novo salário mínimo de R\$ 1.212 começaram a ser feitos na terça-feira (25) e seguirão até o dia 7 de fevereiro. O salário mínimo vigente em 2022 é o novo valor mínimo pago pelo **INSS** a aposentados, pensionistas, beneficiários de auxílio-doença e do BPC (Benefício de Prestação Continuada). Ou seja, o **INSS** aumenta os benefícios de R\$ 1.100, em 2021, para R\$ 1.212, em 2022.

Os benefícios acima do piso serão pagos entre os dias 1º e 7 de fevereiro já com o reajuste anual de 10,16%, que corresponde à **inflação** medida em 2021 pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49803&anchor=6449105&pd=99e6ea00a7bbc5d4764ede128b910cad>

Servidores retomam luta por reajuste

Raphael Felice

Em protesto por reajuste salarial, **servidores públicos** federais realizam, hoje, uma nova paralisação. As categorias vão aproveitar o ato para realizar uma plenária nacional - de forma digital - entre integrantes do Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais (Fonasef), que representa servidores do chamado carreirão, e do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), representante da elite do funcionalismo.

O objetivo da reunião é unificar procedimentos de Fonasef e Fonacate nos próximos dois meses. Caso as negociações com o governo não avancem, uma greve geral pode ser iniciada a partir de 9 de março. Lideranças sindicais relatam que não receberam, até agora, resposta do governo às reivindicações.

Em ofício encaminhado ao Ministério da Economia, os presidentes do Fonacate, Rudinei Marques, e do Fonasef, Carlos David de Carvalho Lobão, pedem uma audiência em 2 de fevereiro para tratar do reajuste salarial de 19,99% - abaixo das perdas inflacionárias de quase 28% acumuladas de 2017 até agora, segundo cálculos das entidades.

"Caso não haja reajuste, o Bolsonaro será o único presidente da República, em 20 anos, a não dar reposição linear ao funcionalismo. Estamos pedindo recomposição parcial (19,99%) das perdas inflacionárias, sequer estamos pedindo a recomposição integral, que seriam quase 28% de reajuste", disse Rudinei Marques.

Além disso, há também pedido de arquivamento da reforma administrativa e revogação do teto de gastos, que, segundo os líderes do movimento, estão ligados ao sucateamento do serviço público.

A data de 2 de fevereiro foi escolhida pois marca também o retorno do calendário Legislativo. Os servidores querem aproveitar a data para fazer um ato na Praça dos Três Poderes e entregar ofícios ao Congresso, ao STF e À Casa Civil da Presidência da República.

PEC dos Combustíveis vai gerar mais inflação, não menos - SOLANGE SROUR

Diante do temor de que a **inflação** possa continuar alta por um bom tempo -tema que certamente fará parte do debate eleitoral-, o governo decidiu patrocinar a chamada PEC dos Combustíveis a fim de possibilitar a redução de **tributos** federais e estaduais sobre combustíveis e energia elétrica sem fonte de compensação.

O Ministério da Economia diz não se opor a cortes de **tributos**, mesmo que aprofundem o rombo nas contas públicas, firam a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e ampliem o endividamento do país. Tentar controlar a **inflação** gerando desequilíbrio fiscal continua sendo uma opção tentadora, ainda que nunca tenha dado certo em nenhum lugar do mundo.

O discurso de que a arrecadação está bombando criou um ambiente propício para medidas populistas. No apagar das luzes de 2021, o governo já havia prorrogado a desoneração da folha de pagamentos sem compensação fiscal, infringindo a LRF e angariando mais espaço no teto de gastos no ano eleitoral. A próxima medida da fila é a correção da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas, promessa da campanha passada.

O fato é que políticas fiscais e monetárias estão sempre entrelaçadas na causa da **inflação** e no seu combate, e não há medida voluntarista de corte de **impostos** ou controle de preços que possa mudar essa realidade. Como esquecer os fiscais do Sarney ou o represamento do preço da gasolina no governo Dilma, que encerrou o último ano de seu mandato com **inflação** de dois dígitos? E a MP 579, de 2012, que impôs na marra uma redução tarifária no setor elétrico, gerando uma bomba inflacionária para os anos seguintes?

É verdade que depois de um longo período de políticas monetária e fiscal extremamente expansionistas -muito além do necessário- as taxas de juros estão subindo e a expansão de gastos tem sido menor. No entanto, por mais que pareça contraditório, o efeito da política fiscal na **inflação** continua sendo altista.

Por que a **inflação** sobe quando se recorre à redução de **impostos** como atalho para abaixá-la na marra? A razão vem do fato de que uma das principais causas do surto inflacionário no Brasil é justamente a quebra

da âncora fiscal, ou seja, a falta de crença de que o governo conseguirá trazer as contas públicas para uma trajetória sustentável.

Quando o Tesouro aumenta gastos ou reduz **impostos** em uma economia com alta capacidade ociosa, a **inflação** não é pressionada se seus credores entenderem que em algum momento no futuro haverá aumento da carga tributária ou cortes de outros gastos para pagar o aumento da dívida. No entanto, quando essa premissa é quebrada, as expectativas de **inflação** aumentam (já que o imposto inflacionário financiará o governo), o câmbio deprecia (devido ao aumento do risco-país), e o resultado é mais **inflação**.

Impostos são sempre distorcivos, e a discussão sobre a **reforma tributária** não deveria sair da agenda. No entanto, ao propor uma redução da tributação de combustíveis e energia elétrica sem compensação, o governo não só atinge em cheio a arrecadação mas também sinaliza que pouco se importa com as regras fiscais -criadas justamente para evitar o populismo fiscal. Tudo caminha no sentido de gerar mais desconfiança.

Desarmar a **inflação** é sempre uma tarefa conjunta das políticas fiscal e monetária. No Brasil de hoje, não há horizonte em que se possa esperar superávits com algum grau de confiança. O futuro é ainda mais incerto com os candidatos mais bem colocados na disputa presidencial. Eles não trazem ao debate nenhuma proposta de consolidação fiscal -muito pelo contrário. Controlar a **inflação** criando desequilíbrios fiscais só resultará em mais **inflação**, juros mais elevados e menor crescimento.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49803&anchor=6449105&pd=99e6ea00a7bbc5d4764ede128b910cad>

Bolsonaro adota tom 'ambientalista' por OCDE

ELIANE OLIVEIRA eliane@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Setor produtivo prevê mais investimentos, mas teme Custo Brasil

GLAUCE CAVALCANTI glauce@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

OCDE: Com possível entrada no organismo, setor produtivo prevê mais investimentos, mas teme Custo Brasil

Glauce Cavalcanti

RIO - O convite para o Brasil ingressar na OCDE traz um misto de otimismo e receio no setor produtivo do país. De um lado, o empresariado e especialistas enxergam uma sinalização positiva ao mercado, o que poderia destravar investimentos e pressionar o Brasil a fazer reformas. De outro, o chamado Custo Brasil preocupa. É fator que mina a competitividade e pode deixar o país na lanterna dos membros da organização.

José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abilplast), está entre os que veem o trâmite para participar da OCDE como positivo para o país:

- Esse grupo de 250 regras a serem cumpridas indica alguma previsibilidade. Seria uma forma de o Brasil, que se caracteriza pelo improvisado, falta de planejamento e de estratégia de longo prazo, sinalizar segurança ao investidor pela existência de regras similares às vigentes entre os membros da OCDE.

Coelho diz que o custo anual de produção no Brasil é R\$ 1,5 trilhão maior que o da média dos países da OCDE.

- Isso gera apreensão. Como vamos estar com esses países, negociando acordos comerciais se nossas condições produtivas são diferentes? - questiona Roriz.

Não é "bala de prata"

Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfavea, afirma que o Brasil não pode abrir mão dos avanços que têm de ser feitos já este ano:

- Do ponto de vista das montadoras, empresas globais, é passo importante para o país participar da "Champions league" dos negócios. Os países membros compartilham de políticas e normas modernas e que colaboram para o comércio. Somos um setor que exporta e importa muito, depende de investimento de fora, transferência de tecnologia. Quanto mais compatível for o país com o jogo global,

mais facilitado será o investimento.

"Para o setor exportador de aves, suínos e ovos, alcançar uma cadeira na OCDE permitirá relações mais equilibradas com o mercado mundial", disse a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) por nota, destacando a importância do ingresso no grupo para setores de atuação internacional, como os de avicultura e suinocultura.

Mas para Leonardo Paz Neves, analista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o ingresso na OCDE não é uma "bala de prata" para a economia e o setor produtivo brasileiros.

- Não acho que seria essa "bala de prata" toda. O Brasil já é um país com grande convergência com as normativas para ingressar na OCDE, já tem um status diferenciado junto à entidade, como Índia e África do Sul. Talvez, fosse mais confortável não ser membro, e escolher o que vê como mais importante a adotar para o país.

Clube dos ricos: Guedes quer 'fast track' para entrar na OCDE, após convite para negociar adesão

Neves avaliou uma série de dados de Chile e México registrados dez anos antes e dez anos após o ingresso desses países na OCDE, como **PIB**, investimento estrangeiro direto e a relação dívida pública/**PIB**:

- Não consigo dizer que Chile e México melhoraram de fato com a entrada na OCDE. Há outros fatores que pesam. O país precisa ter liquidez, política estruturada.

Marco Polo Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil diz que o convite mostra o reconhecimento dos avanços do país: -Mas é claro que é preciso avançar na **reforma tributária** e pressionar o Congresso para reduzir o Custo Brasil.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/macroeconomia/ocde-com-possivel-entrada-no-organismo-setor-produtivo-preve-mais-investimentos-mas-teme-custo-brasil-25369271>

Combustíveis: ICMS mantido



Cristiane Noberto

Governadores de 20 estados e do Distrito Federal apoiaram a prorrogação do congelamento da base de cálculo do ICMS sobre os combustíveis, que terminaria no próximo dia 31. Em nota divulgada ontem, eles "consideram imprescindível a prorrogação do referido congelamento pelos próximos 60 dias".

Anteriormente, os governadores chegaram a afirmar que a medida não seria prorrogada. O congelamento foi adotado em novembro em meio ao duelo verbal com o presidente Jair Bolsonaro (PL), que costuma responsabilizar os chefes de Executivo estaduais pelo alto preço dos combustíveis.

Ainda nesta semana, Bolsonaro confirmou, por meio das redes sociais, que apresentará ao Congresso, logo após o fim do recesso legislativo, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para autorizar União e estados a reduzir **tributos** sobre combustíveis.

A medida não tem consenso dentro do Executivo federal. Ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, disse que a isenção fiscal, se aprovada, poderá piorar o resultado das contas públicas. "É lógico que os valores mencionados são bastante altos e podem afetar o resultado primário deste ano, mas ainda é cedo para fazer estimativas. O projeto precisa ser apreciado pelo Congresso Nacional", afirmou.

Na nota divulgada ontem os governadores destacam que o congelamento do ICMS deve ser mantido até que "soluções estruturais para a estabilização dos preços desses insumos sejam estabelecidas".

Wellington Dias (PT), governador do Piauí e coordenador no Fórum Nacional de Governadores, que a medida sinaliza a abertura para o diálogo com o governo e o Legislativo. "Esperamos encontrar

caminhos para evitar aumentos tão elevados nos preços dos combustíveis, que pesam no bolso do povo, das empresas e causam graves efeitos sociais e na economia. O tema deve ser prioridade", afirmou.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), cobrou uma solução do governo federal, "em vez de ficar jogando responsabilidade de um lado para o outro com discursos que não chegam a lugar nenhum". "Existem mecanismos para a constituição de fundos que ajudem ou possam ajudar a redução do preço dos combustíveis, e nós aguardamos um bom debate", disse.

Várias propostas estão em andamento no Congresso. No Senado, há um projeto que cria um Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui Imposto de Exportação sobre o petróleo bruto; e outro que prevê valores fixos do ICMS relativos a diesel, etanol hidratado e gasolina.

As propostas têm como relator o senador Jean Paul Prates (PT-RN), para quem elas "oferecem soluções melhores" que a PEC defendida por Bolsonaro. "O amortecimento da flutuação do preço é essencial para evitar que as cadeias produtivas fiquem reféns de instabilidades geopolíticas", avaliou. (Colaborou Rosana Hessel)

Alimentos puxam a **inflação**

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), prévia da **inflação** oficial, subiu 0,58% em janeiro, conforme dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ficou acima das estimativas do mercado (em torno de 0,44%), mas mostrou desaceleração em relação ao 0,78% do mês anterior. O índice foi impulsionado pela alta de 0,97% no grupo de alimentação e bebidas, que representou quase metade - 0,20 ponto percentual - da variação do IPCA-15. A taxa apresentou aceleração sobre a elevação de 0,35% em dezembro.

Reforço no caixa (Editorial)

São expressivos os impactos positivos de uma arrecadação tributária recorde como a contabilizada pela administração federal em 2021. Cabe tomar cuidado, porém, com leituras precipitadas ou oportunistas dos dados recém-divulgados.

A receita da União com **impostos**, contribuições sociais, taxas e royalties somou R\$ 1,879 trilhão no ano passado, com alta de 17,4% acima do IPCA, um desempenho acima das previsões mais otimistas.

Isso significa que o déficit orçamentário do Tesouro Nacional, prestes a ser anunciado, foi bem menor do que se imaginava. Em consequência, a dívida pública caiu como proporção do Produto Interno Bruto, um indicador de melhora da capacidade de pagamento.

Tais resultados têm sido celebrados pela área econômica do governo Jair Bolsonaro -o que também tem seu viés político. Invocam-se os números favoráveis de 2021 como uma espécie de contraponto às críticas sofridas em razão das manobras para elevar as despesas federais neste ano eleitoral.

Num passado recente, sucessivos recordes da arrecadação encorajaram as administrações petistas a promoverem uma escalada imprudente de gastos, com os resultados conhecidos. Agora, a expansão da receita é incipiente e de continuidade incerta.

Parte do crescimento -a parte que o governo prefere enfatizar- deveu-se à recuperação da atividade econômica após o impacto acachapante da pandemia. Esse efeito tende a se diluir, dado que, pelas projeções mais consensuais, a variação do **PIB** tende a cair dos cerca de 4,5% do ano passado para pouco mais de zero neste 2022.

O outro fator decisivo para o recorde arrecadado foi a contribuição espúria da alta da **inflação**. Os preços no atacado, que influenciam o recolhimento de **impostos**, tiveram alta de 20,64% em 2021 (segundo o IPA-DI, da Fundação Getúlio Vargas), bem acima dos 10,06% medidos pelo IPCA, que é um índice de preços ao consumidor.

A carestia no atacado e no varejo levou o Banco Central a iniciar um ciclo de alta dos juros, o que deve conter o avanço do **PIB** e dos preços -e da arrecadação. A extensão dos impactos sobre cada uma dessas variáveis, no entanto, não é coisa que pode ser prevista com segurança neste momento.

No contexto brasileiro, uma escalada virtuosa da arrecadação deve se basear em crescimento da produtividade da economia e formalização de empresas e empregos. A própria reforma do caótico sistema tributário, ora deixada de lado pelas forças políticas, deve contribuir para tais objetivos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49803&anchor=6449105&pd=99e6ea00a7bbc5d4764ede128b910cad>

Estados estendem por 60 dias congelamento do ICMS da gasolina

Fábio Zanini e Nicola Pamplona

Os governadores decidiram prorrogar por 60 dias o congelamento do ICMS sobre os combustíveis, que se encerraria em 31 de janeiro. Apesar da decisão, os preços permanecem pressionados pela escalada das cotações internacionais do petróleo.

Com elevadas defasagens em relação exterior, o mercado espera novos reajustes. Desde a última vez em que a Petrobras aumentou os preços da gasolina e do diesel, em 11 de janeiro, a cotação do petróleo do tipo Brent subiu 6%.

O congelamento do ICMS sobre os combustíveis foi decidido em novembro, com o objetivo de suavizar os repasses ao consumidor de reajustes promovidos pela estatal. A princípio, duraria três meses, mas, em meio a embate com o presidente Jair Bolsonaro (PL), os governadores decidiram prorrogar o prazo.

Em nota em que anunciam a prorrogação, antecipada pela coluna Painel, eles cobram do governo a mudança na política de paridade internacional nos preços dos combustíveis praticada pela Petrobras desde 2016 e apontada pela oposição e pelo próprio presidente como a principal causa dos elevados preços.

O questionamento da política ajudou a convencer governadores contrários à prorrogação a aprovar a medida. Entre os signatários da nota, há opositores abertos de Bolsonaro, como o pré-candidato a presidente João Doria (PSDB-SP), e aliados, como Cláudio Castro (PL-RJ) e Romeu Zema (Novo-MG).

O ICMS dos combustíveis é cobrado sobre um preço de referência definido pelos estados a cada 15 dias com base em pesquisas nos postos. O governo federal e o setor de combustíveis argumentam que o modelo retroalimenta os aumentos, já que os postos são obrigados a repassar a elevação do imposto semanas depois do reajuste.

Os governadores dizem que a prorrogação é imprescindível diante da atualização dos preços dos combustíveis, "até que soluções estruturais para a estabilização dos preços desses insumos sejam estabelecidas". O texto não cita, porém, quais seriam as soluções.

"Essa proposta traduz mais um esforço com o intuito de atenuar as pressões inflacionárias que tanto prejudicam os consumidores, sobretudo no tocante às camadas mais pobres e desassistidas da população brasileira" afirma a nota, afirmando que é "urgente" a revisão da política de preços da Petrobras.

Os governadores e Bolsonaro vêm travando um cabo de guerra com relação ao preço dos combustíveis, que tem registrado sucessivas altas.

A prorrogação do congelamento do ICMS foi decidida logo depois do anúncio, pelo governo, de um projeto de emenda constitucional para zerar **impostos** federais sobre os combustíveis.

Para pressionar os governadores, a quem acusa de responsabilidade pela escalada dos preços, Bolsonaro quer incluir a possibilidade de isenção do imposto estadual sobre os produtos. Em sua defesa, os governos estaduais apontam o alvo para a política de preços da Petrobras.

Há duas semanas, a empresa elevou os preços da gasolina e do diesel -em 4,85% e 8%, respectivamente. Os aumentos, porém, não foram suficientes para cobrir a defasagem em relação às cotações internacionais.

Segundo a Abicom (Associação Brasileira das Importadoras de Combustíveis), a gasolina vendida pela Petrobras está hoje R\$ 0,27 por litro mais barata do que o preço de paridade de importação. Já no caso do diesel a diferença chegaria a R\$ 0,30 por litro.

Pressionada por tensões políticas na Europa e no Oriente Médio, o petróleo Brent fechou esta quarta (26) a US\$ 88,74 o barril, alta de 1,79%.

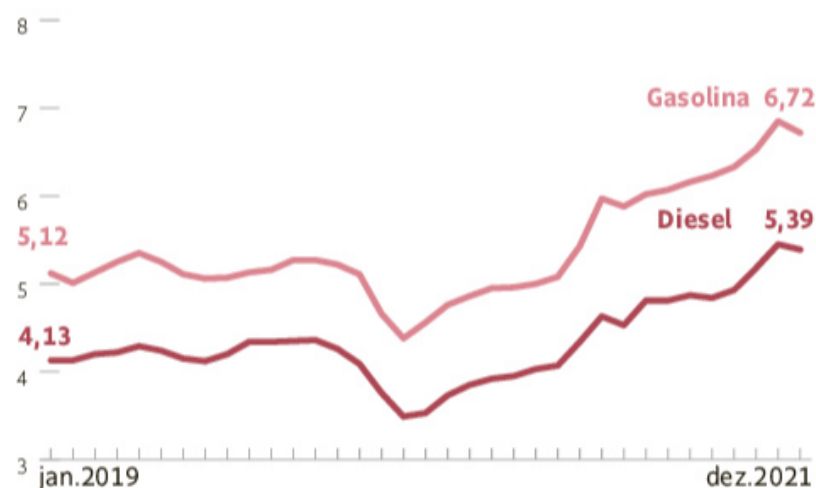
A pressão de Bolsonaro pela isenção de **impostos**, medida que geraria um custo de R\$ 130 bilhões para os cofres públicos, reflete a preocupação do governo com o impacto da escalada inflacionária sobre as eleições de outubro.

Site:

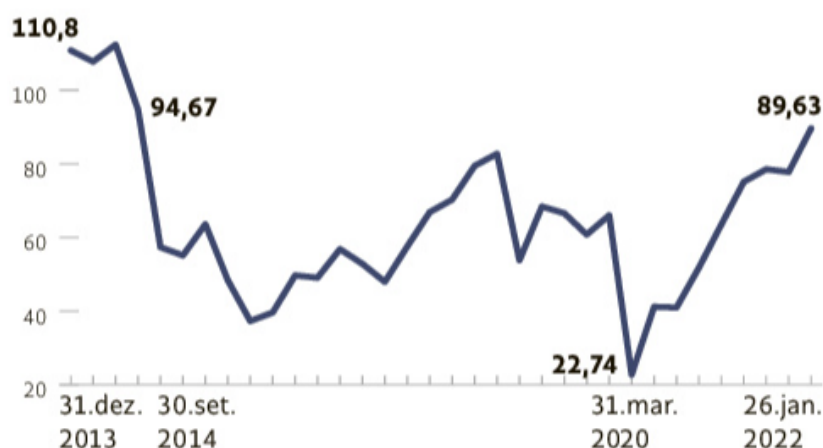
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49803&anchor=6449105&pd=99e6ea00a7bbc5d4764ede128b910cad>

Por que os preços dos combustíveis sobem

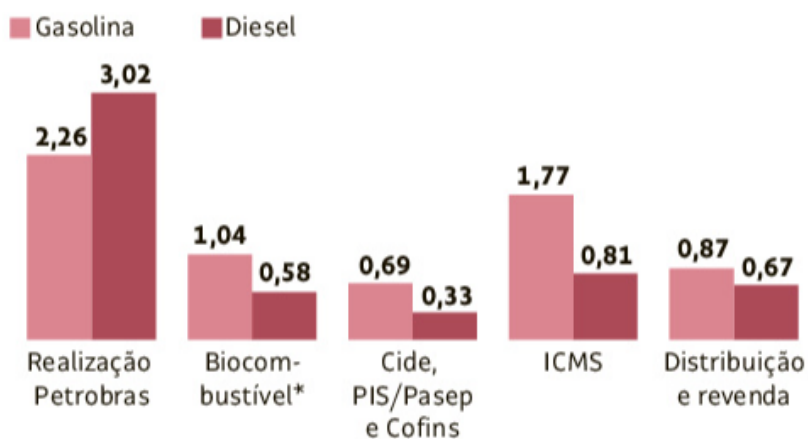
Evolução do preço dos combustíveis
 Corrigido pelo IPCA de dez.2021, em R\$ por litro



Petróleo tem maior cotação desde 2014
 Cotação do barril Brent por trimestre, em US\$



Composição dos preços
 Na última semana de dezembro de 2021, em R\$



*Na gasolina é o etanol adido, no diesel é o biodiesel. Fontes: ANP e Petrobras

Zerar tributos federais sobre combustíveis pode custar R\$ 130 bi



Idiana Tomazelli

A intenção do presidente Jair Bolsonaro (PL) de zerar **tributos** federais sobre combustíveis e energia elétrica pode gerar uma fatura de quase R\$ 130 bilhões em renúncias de receitas e juros da dívida pública.

O cálculo foi feito pelo economista Gabriel Leal de Barros, sócio da RPS Capital, a pedido da Folha.

Ao abrir mão de arrecadação em um cenário de contas públicas no vermelho, o presidente faz o país se endividar ainda mais para arcar com o custo da política. A emissão dessa dívida seria feita mediante pagamento de juros aos seus investidores.

Sem nenhuma redução de **tributos**, o governo já prevê um rombo de R\$ 79,3 bilhões neste ano. O país acumula sucessivos déficits desde 2014.

O corte de **tributos** faz parte dos planos de Bolsonaro para reduzir o preço dos combustíveis no ano em que buscará a reeleição.

O presidente, seus auxiliares políticos e até integrantes da equipe econômica demonstram preocupação como risco de a **inflação** ter um novo pico no terceiro trimestre de 2022 - justamente no auge da campanha eleitoral.

Para poder zerar as alíquotas sem amarras fiscais, a ideia é aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que na prática atropela a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e permite a redução de **tributos** sem nenhuma compensação pela perda de receitas.

Barros calcula que só a redução dos **tributos** deva

gerar uma renúncia na casa dos R\$ 70 bilhões ao ano. A estimativa é próxima da que vem sendo debatida internamente pela área econômica.

Para se endividar nesse montante, o governo brasileiro acabaria pagando, ao longo dos próximos anos, uma fatura adicional de R\$ 59,7 bilhões sem juros, projeta Barros.

Segundo o economista, o aprofundamento do rombo nas contas devido à renúncia de receitas afeta não só o estoque da dívida mas as taxas cobradas pelos investidores.

"Além do déficit maior, o juro que incide sobre a dívida também vai aumentar pela maior percepção de risco." O mercado financeiro já deu uma amostra dessa deterioração na sexta-feira (21). Um dia após se tomarem públicas as discussões sobre a PEC, os juros futuros tiveram alta significativa, antecipando maiores custos para o Tesouro.

A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) autoriza um rombo de até R\$ 170,5 bilhões em 2022. Nessa estatística, só entram as renúncias. A conta de juros, por ser uma despesa financeira, fica de fora.

Embora haja folga em relação à meta, técnicos da área econômica já veem risco de a arrecadação cair até R\$ 40 bilhões em relação ao previsto hoje, caso o crescimento do **PIB** fique em torno de 0,5%, em vez dos 2,1% projetados oficialmente pelo governo.

Nesse contexto, o corte de **tributos** aprofundaria os riscos de estouro da meta.

Para o economista da RPS Capital, esse será o desfecho se Bolsonaro levar adiante seu plano de reduzir as alíquotas federais sobre combustíveis e eletricidade. Ele calcula um rombo de R\$ 209,4 bilhões no ano.

Barros afirma que a PEC cria outro problema para os próximos anos: a baixa credibilidade de regras fiscais, mesmo as previstas na Constituição.

Em três anos de governo Bolsonaro, a o texto constitucional já foi alterado 15 vezes. Três dessas emendas modificaram o teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à **inflação** e que hoje

serve de âncora da política fiscal "Muita gente no mercado achava que, pelo fato de o teto estar na Constituição, isso seria uma restrição para alterá-lo. Mas as mudanças sinalizaram que pouco importa se está na Constituição ou não, e isso cria um enorme problema." Agora, a estratégia do governo é aprovar uma nova PEC para afastar a LRF, que é uma lei complementar -instrumento hierarquicamente abaixo de emenda constitucional.

Um dos pais da LRF, o economista Jose Roberto Afonso critica a medida e também aponta a fragilização das regras.

"Não há risco. É certeza absoluta de que se está a deteriorar a institucionalização fiscal", afirma Afonso.

Para ele, é um paradoxo de que isso seja feito por meio da que seria "a mais importante das regras legais", como é o caso da emenda constitucional.

"Nunca se editaram tantas emendas na história brasileira, nenhum país do mundo tem tanta matéria tributária e fiscal no texto constitucional. E o resultado efetivo, na prática, é exatamente o oposto daquele pretendido: quanto mais se constitucionaliza a gestão fiscal, mais se cria insegurança, econômica e até social." Afonso afirma ainda que a aprovação de uma PEC para afastar a LRF no caso de redução de **tributos** sobre combustíveis não muda o cenário de quebra dos pilares da responsabilidade fiscal, segundo os quais seria necessário elevar outros **impostos** para repor a arrecadação.

"O desrespeito aos princípios fiscais elementares e, sobretudo, a incompetência da gestão não se resolvem no nível legislativo ou jurídico, por maior que seja o status de sua decisão", afirma.

PEC não é solução necessariamente, diz chefe do Tesouro O secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, disse nesta quarta-feira (26) que a PEC para permitir redução de **tributos** sobre combustíveis "não necessariamente" será a solução adotada pelo governo.

Ele reconheceu ainda que um eventual corte de alíquotas pode ter impacto no resultado das contas públicas, mas afirmou que "está cedo" para fazer uma avaliação sobre o impacto disso no endividamento do país.

"Acho que está cedo para a gente responder, porque ainda não tem uma proposta. Existem ainda estudos e sugestões que foram levadas à Casa Civil, a gente está participando das discussões, e não necessariamente a solução vai ser essa que vem sendo discutida", afirmou Valle.

Em entrevista coletiva para falar da estratégia de gestão da dívida pública em 2022, Valle ponderou que o cenário ainda está indefinido em relação às medidas relativas aos preços dos combustíveis.

"É lógico que valores que estão sendo mencionados são valores bastante altos, e aí podem afetar o primário deste ano, mas acho que está muito recente, ainda está muito indefinido. Isso inclusive vai ter que ser objeto de apreciação do Congresso Nacional" afirmou o secretário do Tesouro

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49803&anchor=6449105&pd=99e6ea00a7bbc5d4764ede128b910cad>

Zerar tributos sobre combustíveis gera renúncias e eleva custo com juros

Impacto

Em R\$ bi

Corte de PIS/Cofins sobre combustíveis



Corte de tributos federais sobre energia elétrica



Fatura adicional de juros



Previsão para contas públicas em 2022*

Em R\$ bi

Governo



-79,3

Mercado



-88,7

R\$ 170,5 bilhões

É o déficit autorizado pela meta fiscal para o ano

*Sem corte de tributos

Fontes: RPS Capital e Relatório Prisma Fiscal (Ministério da Economia)

Dívida do governo federal sobe 12% em 2021 e chega a R\$ 5,61 trilhões

O estoque da dívida pública federal - que engloba o endividamento do governo no País e no exterior - fechou 2021 em R\$ 5,613 trilhões, aumento de 12% ante 2020. No ano passado, o crescimento foi de R\$ 604 bilhões na dívida pública, menor do que o registrado no ano anterior, quando o endividamento teve alta recorde de R\$ 761 bilhões, impulsionada por gastos extraordinários relacionados à covid-19. A dívida pública é a emitida pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do governo, ou seja, para pagar despesas que ficam acima da arrecadação com **impostos**. O Tesouro Nacional informou também que a dívida do governo federal pode subir para até R\$ 6,4 trilhões em 2022. Se confirmada a previsão, a alta será de R\$ 790 bilhões (14%) na comparação com 2021.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alta da comida puxa inflação



Redução no preço dos combustíveis

Rosana Hessel

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), conhecido como a prévia da **inflação** oficial, registrou alta de 0,58% em janeiro, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ontem. O dado ficou acima das estimativas do mercado (em torno de 0,44%), mas representou uma desaceleração de 0,20 ponto percentual à variação do mês anterior, de 0,78%, nos 30 dias encerrados na primeira quinzena de dezembro. Nos últimos 12 meses encerrados na primeira quinzena de janeiro, a variação do IPCA-15 foi de 10,20%, abaixo dos 10,42% observados no mesmo período do ano anterior. Em janeiro de 2021, o indicador registrou alta de 0,78%

A elevação em janeiro foi impulsionada pela alta de 0,97% no grupo de alimentação e bebidas, que representou quase metade - 0,20 ponto percentual - da variação do IPCA-15 do primeiro mês de 2022. A taxa apresentou aceleração sobre a elevação de 0,35% em dezembro. Conforme dados do IBGE, as maiores altas nesse grupamento vieram da cebola (17,09%), das frutas (7,10%), do café moído (6,50%) e das carnes (1,15%). Por outro lado, houve queda nos preços da batata-inglesa (-9,20%), do arroz (-2,99%) e do leite longa vida (-1,70%), cujos preços já haviam recuado no mês anterior (-6,46%, -2,46% e -3,75%, respectivamente).

Enquanto isso, transportes - grupo que foi um dos vilões da **inflação** em 2021 -, registrou queda de 0,41% na variação mensal, que contribuiu em -0,09 ponto percentual no indicador. Foi o único dos nove grupos a ter desempenho negativo, após o salto de 2,31% de dezembro. O destaque ficou com as quedas de 1,78% no preço da gasolina e de 18,21% no custo das passagens aéreas.

Os demais grupos registraram alta. Saúde e cuidados pessoais teve variação de 0,93%; habitação, de 0,62%, vestuário, de 1,48% e artigos de residência, de 1,40%. Os custos para os itens dos grupos educação e comunicação subiram 0,25% e 1,09%, respectivamente.

Nos últimos 12 meses encerrados na primeira quinzena de janeiro, a variação do IPCA-15 foi de 10,20%, abaixo dos 10,42% observados no mesmo período anterior. Em janeiro de 2021, o indicador registrou alta de 0,78%.

Apesar do dado acima das expectativas, o economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito, manteve a projeção de alta na taxa básica de juros (Selic), atualmente em 9,25% ao ano, para até 11,75% no fim do ciclo de ajuste monetário, iniciado em março de 2021. "Estamos presos numa situação difícil onde dados econômicos ainda vêm ruins. Hoje (ontem) por exemplo a Fundação Getulio Vargas (FGV) mostrou que a confiança do setor de construção recuou, e mesmo assim a **inflação** persiste. A solução será o Banco Central continuar a elevar os juros. E nos parece, hoje, que outro ajuste de 150 pontos-base seja inevitável na próxima reunião", afirmou, em **comunicado** aos investidores.

Salvador foi a capital com maior variação do IPCA-15 de janeiro, com alta de 1,13%, e Brasília registrou a menor entre as 11 pesquisadas, de 0,78%. Seis delas acumulam alta acima de 10% em 12 meses: Salvador (11,45%), Recife (10,34%), Fortaleza (10,67%), Goiânia (10,42%), Curitiba (12,80%) e Porto Alegre (10,71%). As demais ainda têm **inflação** de um dígito. São elas: Belém (9,36%), Belo Horizonte (9,64%), São Paulo (9,77%) e Brasília (9,76%).

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/27/01/2022/p1>

Trabalhador formal está há três anos sem ganho salarial real, diz pesquisa

Fernanda Brigatti

A combinação de desemprego elevado, atividade econômica morna e disparada da **inflação** tornaram piores as condições para as negociações de reajuste salarial em 2021. Os trabalhadores formais completaram três anos sem ganho real, quando o aumento supera a **inflação** do período anterior, segundo o boletim Salariômetro divulgado nesta quarta-feira (26) pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

A variação mediana em 2021 ficou negativa em 0,1% - nos dois anos anteriores, ficou em zero. A mediana é uma forma de cálculo adotada para evitar distorções com a inclusão de valores muito altos ou muito baixos, o que ocorre no cálculo das médias, por exemplo. Usa-se então o maior valor entre os menores, e o menor, entre os maiores.

Para o coordenador do Salariômetro, professor Hélio Zylberstajn, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP o resultado de 2021 poderia ter sido ainda pior diante das condições da economia e do mercado de trabalho.

"Nos outros anos, a **inflação** era mais baixa, mas em 2021 foi brutal. Levando isso em conta, não foi tão ruim quanto poderia ter sido", diz.

Na média, somente 18,6% dos acordos e convenções fechados resultaram em aumentos maiores do que a **inflação** dos 12 meses anteriores ao da data-base. Em 2019, último ano do pré-pandemia, quase metade das negociações terminou com ganho real para os trabalhadores.

Além dos reajustes baixos, o Salariômetro registrou um aumento nos acordos e convenções que previram o pagamento escalonado dos índices de reajuste. "Isso quase não aparecia antes da pandemia e salta em alguns momentos, dependendo do número de categorias que fecharam negociação. O reajuste vem pequeno e ainda é pago parcelado." Zylberstajn destaca ainda a adoção de tetos para a aplicação de reajustes. Isso pode ser usado tanto para definir uma faixa salarial a ser corrigida, quando o aumento só é aplicado a uma parcela do salário, quanto para limitar quem terá o direito ao ajuste.

As negociações fechadas em dezembro previram esse mecanismo em 16,4% dos casos. Em novembro, o teto estava em 36,5% dos acordos; e, em setembro, 27,7%.

O escalonamento dos reajustes, o teto para aplicação do aumento e os índices que mal compensam a deterioração do poder de compra são indicativos de negociações mais tensas entre patrões e empregados, diz o pesquisador da Fipe.

"Mais complicadas porque as empresas não conseguem repassar esse nível de **inflação** aos seus produtos e serviços. Quando a economia está mais dinâmica, tudo bem, mas não é o caso agora. O poder de barganha dos sindicatos fica reduzido." O piso dos salários foi para R\$ L332 em 2021, variação de 4,5% ante o ano anterior. Benefícios fixos, como vale-refeição e vale-alimentação, praticamente não mudaram de um ano para o outro. O primeiro ficou estável em R\$ 22, enquanto o segundo passou de R\$ 275 para R\$ 280, variação de 1,8%.

A **inflação** dos alimentos, segundo o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ficou em 7,71%. O INPC é calculado pelo IBGE e considera o efeito da variação de preços sobre as famílias com renda de até cinco salários mínimos. O índice é o mais usado nas negociações salariais.

Por setor econômico, aquele com maior defasagem entre o percentual de reajuste mediano e a **inflação** pelo INPC foi o de serviços. Responsável por cerca de 70% do **PIB** do Brasil, o segmento foi um dos mais afetados pelas restrições impostas pela pandemia, como fechamento de bares, restaurantes e hotéis.

Segundo o Salariômetro, a diferença para os trabalhadores desse setor ficou em 38,9%. Por região, no Nordeste os empregados formais receberam o menor reajuste mediano, de 5%, e tiveram a maior variação negativa em relação ao INPC, de -39,4%.

Para este ano, o coordenador do Salariômetro aposta em negociações melhores a partir do segundo semestre, quando a **inflação** deve iniciar trajetória de queda. Projeções dos bancos Santander e Itaú apontam para um INPC em 10,2% e 10,1%, respectivamente, em maio deste ano.

"Com o INPC acumulado em dois dígitos, não há espaço para ganho real. Mesmo assim, este será mais um ano complicado, de eleições e juros em elevação. A situação não é boa para os trabalhadores."

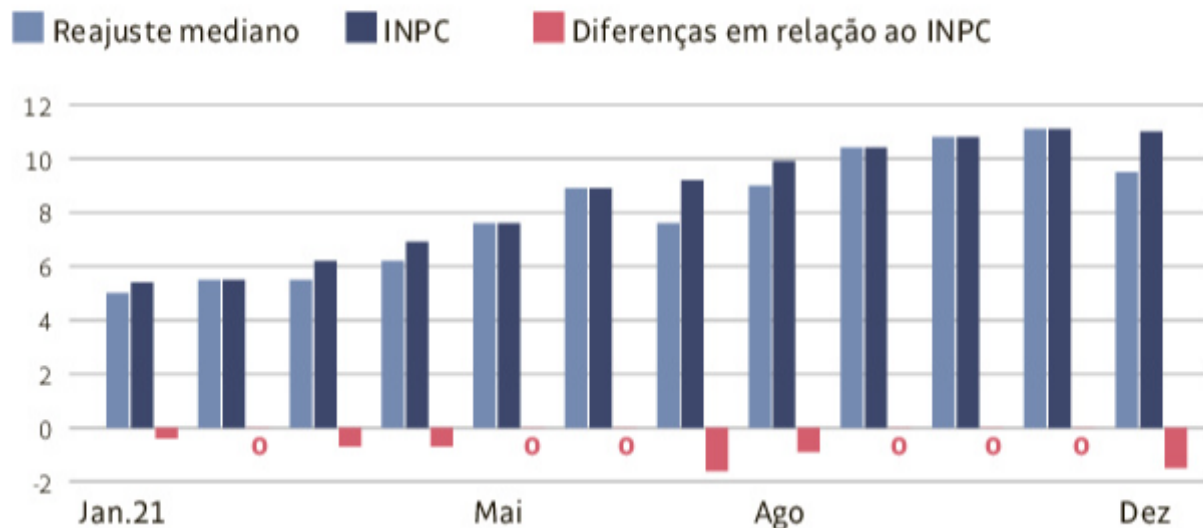
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49803&anchor=6449105&pd=99e6ea00a7bbc5d4764ede128b910cad>

Crise e desemprego pioram condições de negociação

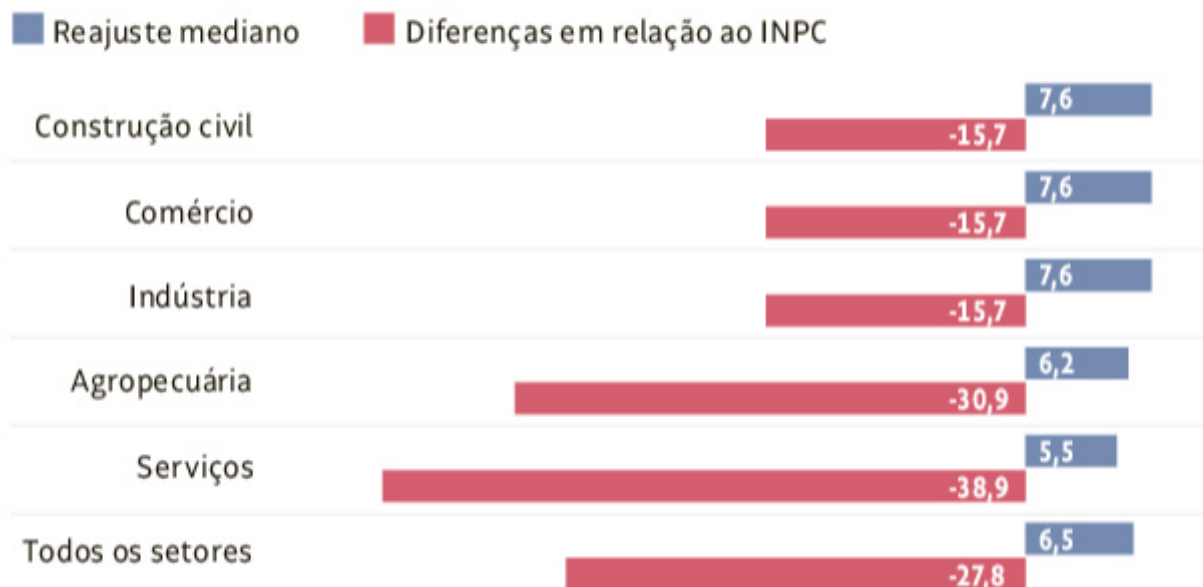
Comparação dos reajustes salariais negociados nos últimos 12 meses com a inflação

Em%



Reajuste mediado por setor, em 2021

Em%



Fonte: Salariômetro, da Fipe

Seca no Sul põe mais pressão sobre preços de alimentos

Leonardo Vieceli

Os preços de alimentação e bebidas subiram em janeiro pelo 18o mês consecutivo no Brasil, apontam dados do IPCA-15 (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) divulgados nesta quarta (26) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Além da sequência de altas, o que causa preocupação é o cenário de riscos que pesa sobre parte da agropecuária neste começo de ano.

Conforme analistas, a estiagem que vem castigando lavouras no Sul ameaça elevar ainda mais os preços de alimentos na largada de 2022.

Novas pressões inflacionárias podem ocorrer nos próximos meses devido às perdas em culturas como milho, soja, frutas e hortaliças. Também há impactos negativos da escassez de chuva sobre a produção de leite e carnes.

A estiagem ocorre no Sul enquanto estados como Minas Gerais e Bahia vivem os reflexos de fortes chuvas no começo do ano.

"A questão dos alimentos preocupa pela seca que acontece no Sul, uma região responsável por grande parte do plantio de grãos", afirma o economista André Braz, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Em janeiro, a prévia da **inflação** do grupo alimentação e bebidas acelerou para 0,97% no país, após avanço de 0,35% em dezembro. Segundo o IBGE, o grupo puxou a alta de 0,88% registrada pelo IPCA-15 no primeiro mês de 2022.

Segundo Braz, a alta de alimentação e bebidas neste mês está relacionada, em parte, a efeitos sazonais. Porém, o impacto da estiagem pode ampliar a carestia nos próximos meses, indica o pesquisador.

O IPCA-15 mostra que o recuo mais recente nos preços de alimentação e bebidas ocorreu em julho de 2020 (-0,13%).

Logo em seguida, em agosto daquele ano, o grupo iniciou a sequência de 18 avanços. Ou seja, a série de

avanços já se estende por um ano e meio.

De agosto de 2020 a janeiro de 2022, o grupo de alimentação e bebidas acumulou alta de 19,05%, conforme o IBGE.

No mesmo período, o avanço do IPCA-15 foi de 14,99%.

"Não dá para condenar ainda o ano do agronegócio como um todo no Brasil, mas, pontualmente, o primeiro trimestre tende a ser complicado. A expectativa de queda de preços, em razão de uma boa entrada da primeira safra, não vai existir mais", diz o especialista em agronegócio César Castro, do Itaú BBA.

Segundo ele, as perdas de milho e soja no Sul devem pressionar os custos produtivos para o setor de carnes, já que os grãos servem como insumos para alimentação animal. O consumidor tende a sentir os reflexos nos supermercados.

A carestia de alimentos durante a pandemia, dizem analistas, reflete uma combinação de fatores. Vai desde o dólar alto e o apetite internacional pelas mercadorias, o que incentivou exportações, até a seca e as geadas que prejudicaram lavouras no ano passado.

Os alimentos mais caros afetam principalmente o bolso dos mais pobres, já que a compra de itens básicos pesa mais no orçamento dessa camada da população.

Os produtores não ficam imunes ao quadro e lamentam a alta dos custos produtivos. Isso ocorre porque insumos agropecuários também dispararam na pandemia.

"Essa alta de custos no campo se reflete para o consumidor final, que é a outra ponta da corda", diz o agricultor Roberto Bernardy, 35, do município de Mondai, no extremo oeste catarinense, a 650 quilômetros de Florianópolis.

Ele afirma que o clima adverso aumentou as dificuldades na largada de 2022. Produtor de milho, soja e leite, Bernardy conta que lavouras da região já registram perdas na faixa de 50% devido à estiagem.

"A questão da seca está muito complicada." No Rio Grande do Sul, as perdas aos produtores já somam R\$ 36,14 bilhões só em soja e milho, calcula a FecoAgro-RS (Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul).

Também há dificuldades consideráveis na produção de hortaliças, frutas, leite e carnes, aponta Tarcísio Minetto, economista da entidade.

"A pressão do clima diminui a oferta de produtos, e a tendência dos preços é subir." No Paraná, o Deral (Departamento de Economia Rural), ligado ao governo estadual, estimou prejuízo prévio de R\$ 25,6 bilhões na safra de grãos 2021/2022.

A prévia da **inflação** oficial no Brasil até desacelerou para 0,58% em janeiro, mas segue em dois dígitos no acumulado de 12 meses, de acordo com o IPCA-15. Em dezembro, a alta havia sido de 0,78%.

Mesmo com a perda de fôlego, a taxa de janeiro ficou acima das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam avanço menor no período, de 0,44%. Em 12 meses, a prévia está em 10,20%.

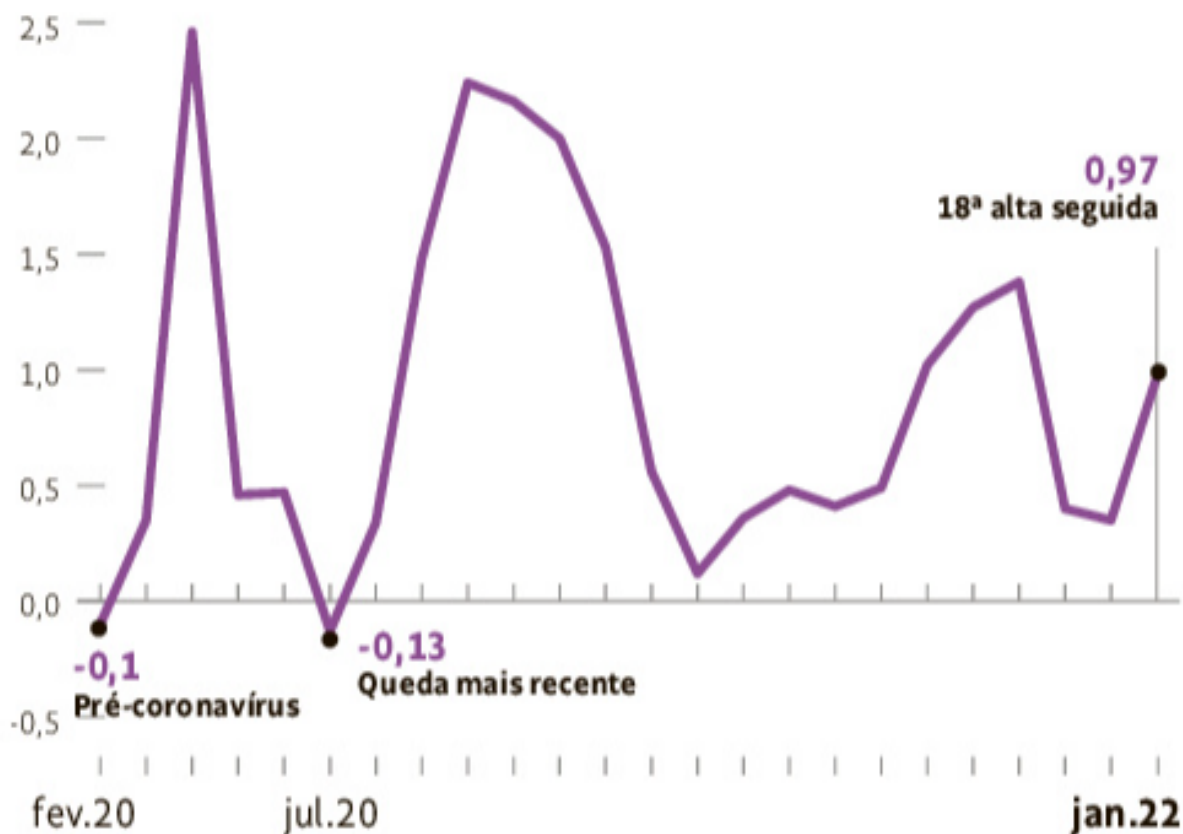
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49803&anchor=6449105&pd=99e6ea00a7bbc5d4764ede128b910cad>

Preços em alta na pandemia

Prévia mensal da inflação no grupo alimentação e bebidas

Em %



Fonte: IPCA-15/IBGE



Não dá para condenar ainda o ano do agronegócio como um todo no Brasil, mas, pontualmente, o primeiro trimestre tende a ser complicado

César Castro

especialista em agronegócio do Itaú BBA

Banco central dos EUA indica que juros começam a subir em março

Clayton Castelani

O Fed (Federal Reserve, o banco central americano) sinalizou nesta quarta-feira (26) que pretende aumentar os juros em março, quando também fará a última redução do seu programa especial de compra de títulos.

"Em breve será apropriado aumentar a meta para a taxa de fundos federais", disse o Fed, em seu **comunicado** após o encerramento da reunião dos formuladores da política monetária americana.

Em uma época em que empresas têm cada vez mais negócios, clientes e investidores espalhados pelo mundo, o sobe e desce das ações na Bolsa pode ser mais influenciado pelo que acontece lá fora do que por questões internas.

Essa lógica poderá ser observada nas próximas semanas, quando companhias brasileiras poderão ganhar ou perder valor de mercado conforme a interpretação do mercado para o teor do **comunicado** do Federal Reserve quanto à sua política para o controle da **inflação** na maior economia do planeta.

O **comunicado** do presidente da entidade, Jerome Powell, resume os pontos discutidos em uma reunião de dois dias pelos membros do Fome, sigla em inglês para Comitê Federal de Mercado Aberto. Essa foi a primeira das oito reuniões anuais do grupo, cuja principal função é definir a meta de juros dos fundos federais. Tarefa que é semelhante à do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central do Brasil.

A taxa das operações de mercado do Fed influencia os juros cobrados nos empréstimos diários que os bancos privados realizam entre si, um instrumento importante para o acerto diário de caixa. Isso tem reflexo no custo do mercado de crédito em geral.

Quando os juros estão baixos, o crédito fica mais acessível. O baixo custo do empréstimo estimula pessoas a comprar bens e a consumir. Empresas colocam projetos em curso e geram mais empregos. Economistas chamam isso de política monetária expansionista.

Por isso o Fome rebaixou a sua meta de juros para um

intervalo entre zero e 0,25% ao ano quando a pandemia de Covid paralisou atividades econômicas globais em março de 2020. A ideia era colocar mais dinheiro em circulação através do crédito frouxo e, assim, evitar uma explosão de demissões.

O avanço da vacinação contra a Covid possibilitou a reabertura da economia global. Nos EUA, a oferta de emprego é considerada plena. Mas a combinação de economia aquecida, crédito barato e escassez de produtos e materiais básicos -reflexo das restrições geradas pela pandemia- resultou na maior **inflação** em quatro décadas no país. Isso impõe ao Fed a necessidade tirar dinheiro de circulação por meio do aperto no crédito.

Representantes do Fed alertam para a necessidade de aumento dos juros para conter a **inflação** desde o segundo semestre do ano passado.

Além dos juros, os conselheiros também discutem quanto dinheiro o banco central dos EUA precisa investir no mercado financeiro para manter a economia aquecida. Entre o início da pandemia e o segundo semestre do ano passado, o volume mensal de compras de ativos (nesse caso, títulos do Tesouro e do mercado imobiliário) era de US\$ 120 bilhões.

Essa dinheirama jorrou nas bolsas de valores americanas, que quebraram recordes de ganhos diversas vezes a o longo de 2021. Também por causa da **inflação**, o Fed decidiu reduzir suas compras. O afilamento teve início no fim do ano passado e foi planejado para cessar o fluxo em março. Eles chamam esse processo de tapering.

O foco do Fome é a **inflação** doméstica americana. Já os efeitos colaterais afetam investimentos de pessoas e empresas em todo o mundo. E isso não mexe apenas com a vida de investidores e empresários. Empregos, salários e o valor da conta do supermercado de trabalhadores, inclusive os brasileiros, estão em jogo.

Em tempos de dinheiro abundante e barato, grandes investidores ficam mais dispostos a comprar ações de empresas de países de economia emergente, como é o caso do Brasil, um tipo de aplicação considerada arriscada devido à instabilidade desses mercados. Os recursos permitem o crescimento de negócios e a

geração de trabalho e renda.

O aperto da política monetária nos EUA reduz as chances de ações de empresas listadas na Bolsa brasileira serem compradas porque, simplesmente, há menos capital disponível. Mas não é só isso.

Ao aumentar os juros, o Fed eleva a recompensa para quem aplica no Tesouro americano, cujo risco de perdas devido a um calote é considerado inexistente. Com uma opção segura pagando mais, os investidores ficam mais seletivos. Muitos desistem das ações de empresas, principalmente as mais arriscadas.

A alta dos juros americanos também afeta o câmbio. Os investimentos de estrangeiros no Brasil, sejam eles no mercado de renda variável ou na renda fixa, trazem dólares para dentro do país. Se a moeda entra em menor quantidade, ela fica mais escassa e o seu valor frente ao real tende a subir.

"A alta dos juros e a redução nas compras de títulos pelo Fed têm efeito parecido: tiram liquidez do mercado", resumiu Daniel Miraglia, economista-chefe da Integral Group.

O dólar valoriza do é um potencial gerador de **inflação** no Brasil porque torna mais cara a importação de maquinário e componentes utilizados na indústria local, além de diversos itens de consumo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49803&anchor=6449105&pd=99e6ea00a7bbc5d4764ede128b910cad>

Ômicron, falta de suprimentos e inflação alta são obstáculos para retomada da economia global

Martin Wolf

Enquanto 2021 foi um ano de forte recuperação econômica, ela não foi universal nem completa. Infelizmente, as perspectivas para 2022 hoje parecem piores que a previsão do FMI em novembro passado: os principais culpados, segundo ela, são a variante ômicron da Covid-19, a escassez de suprimentos e a **inflação** inesperadamente alta.

As reduções nas previsões são particularmente acentuadas para os EUA e a China. As incertezas são grandes, com os riscos concentrados no lado negativo. Acima de tudo, é mais fácil afirmar que a tese básica do Fundo é mais otimista do que pessimista.

Essas são as minhas conclusões da Atualização das Perspectivas da Economia Mundial do FMI. Um ano atrás, o Fundo previu crescimento econômico global em 2021 em 5,5%, com a expansão dos países de alta renda em 4,3%. Hoje, ele estima que o crescimento global no ano passado tenha sido de 5,9%, com expansão nos países de alta renda de 5%.

A melhora nos países emergentes e em desenvolvimento foi muito menor: um ano atrás, previa-se o crescimento em 2021 de 6,3%, ante os 6,5% estimados hoje. Em geral, comenta o Fundo, se os resultados em 2021 seriam melhores do que a previsão no final de 2020, dependia de que se alcançassem altos níveis de vacinação: as vacinas são tanto uma política econômica quanto uma política sanitária.

As reduções da previsão para 2022 desde outubro do ano passado não são drásticas: a economia mundial ainda tem previsão de crescimento de 3,9%, e os países emergentes e em desenvolvimento, de 4,8%. As reduções são de 0,5, 0,6 e 0,3 ponto percentual, respectivamente. Elas são especialmente acentuadas para os EUA, com uma previsão de crescimento para 2022 em queda de 1,2 ponto percentual, para 4%, e a China, com previsão de crescimento reduzida em 0,8 ponto, para 4,8%.

Os fatores principais por trás da redução dos EUA são a remoção do pacote fiscal Build Back Better da linha

de base, a retirada de acomodação monetária mais acentuada do que se esperava e a escassez de suprimentos. Na China, é a disrupção causada por uma política de "Covid zero" e a tensão no setor imobiliário.

Muito mais importantes que essas previsões são as suposições nas quais se baseiam. O Fundo assume, de modo crucial, que a pandemia será controlada globalmente até o fim de 2022. Isso implica que a vacinação será alcançada na maioria dos países e que as vacinas também continuarão sendo eficazes.

O Fundo também ainda está em "time temporário" em relação à **inflação** alta, apesar de que ela será pior e durará mais do que era esperado anteriormente-tanto pelo FMI quanto pela maioria dos analistas. Mas sua história continua sendo de restrições a curto prazo e expectativas de **inflação** bem ancoradas: a previsão é que a **inflação** nos países de alta renda fique em média em 3,9% em 2022, antes de diminuir em 2023. O Fundo também supõe que a China conseguirá estabilizar sua economia com sucesso.

Os riscos estão no lado negativo, como o Fundo comenta. Um deles é que a Covid não seja controlada. A tarefa mais urgente é tornar a vacinação eficaz, o que é um desafio para os cientistas, as empresas e os sistemas de saúde. Também é crucial conquistar e manter a confiança do público.

Outro risco é que a **inflação** não seja controlada com rapidez ou facilidade. É de fato fácil apontar choques específicos, notadamente os preços da energia, como a causa aproximada da **inflação**. Em 2021, diz o Fundo, os choques de oferta diminuíram a produção mundial em 0,5 ponto percentual e aumentaram a **inflação** em 1 ponto. Mas há mais que isso.

Os dados sobre o mercado de trabalho dos EUA são especialmente intrigantes, já que o emprego e a participação da força de trabalho são relativamente baixos, enquanto outras evidências, notadamente sobre custos de mão de obra e taxas de demissão, sugerem que os mercados de trabalho estão apertados.

É razoável supor que os gargalos de oferta diminuirão, já que os preços altos são em si a indução para maior oferta. No caso da energia, os preços poderão continuar altos, mas se estabilizar ou mesmo começar a cair. No entanto, como a política monetária e as condições financeiras estão excepcionalmente frouxas pelos padrões históricos, um endurecimento substancial ainda poderá ser necessário para estabilizar a demanda.

O Fundo supõe que as compras de ativos pelo Federal Reserve dos EUA terminarão em março e que haverá "três aumentos de taxas de juros em 2022 e 2023". Isso poderá não ser suficiente, embora também possa ser demasiado. A desinflação, historicamente, muitas vezes levou a recessões.

Podemos acrescentar que, se o aumento da **inflação** for grande e demorado, a nova doutrina de meta de **inflação** média causará dor de cabeça. O Fed visará uma **inflação** abaixo de 2% para compensar qualquer crescimento excessivo?

Como acrescenta a atualização do Relatório sobre Estabilidade Financeira Global, os mercados financeiros mostram "avaliações forçadas" -uma bela frase incompleta. O endurecimento da política monetária, possivelmente em ritmo mais rápido e para níveis mais altos do que se esperava, em breve nos dirá quem estava nadando pelado em nossos oceanos financeiros. Esses riscos financeiros são especialmente importantes para os países emergentes e em desenvolvimento. Uma grande pergunta poderá ser então qual é a nossa capacidade de lidar com distúrbios financeiros.

Além disso, há evidentes riscos geopolíticos e climáticos. Basta ver o imbróglio Rússia-Ucrânia. Uma pergunta especialmente interessante é como administrar um mundo em que a maioria dos países decidiu viver com a Covid, enquanto a China decidiu suprimi-la. Isso sugere um permanente fechamento de fronteiras à movimentação de pessoas. Seria uma nova cortina de ferro -uma quarentena de ferro.

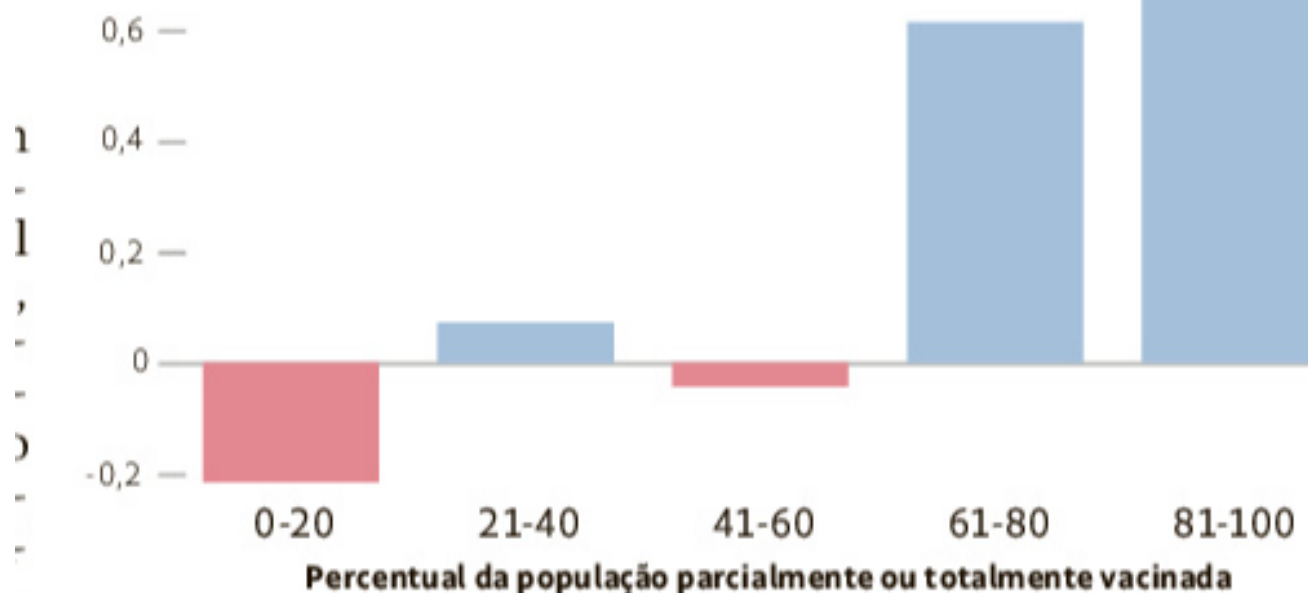
Em geral, deve-se esperar uma recuperação constante, embora em ritmo mais lento do que se previa há alguns meses. Mas também fomos lembrados dos riscos. Estes estão acentuadamente para o lado negativo. Além disso, o "normal" a que poderemos retornar não é o antigo. O mundo mudou.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49803&anchor=6449105&pd=99e6ea00a7bbc5d4764ede128b910cad>

Vacinação provou ser uma política econômica efetiva

Média de revisões para 2021 da variação do PIB* por níveis de vacinação



*Diferença entre a previsão de outubro de 2020 e a última estimativa (%)

Fontes: FMI, Our World in Data

Gasto de brasileiros no exterior em 2021 é o menor em 16 anos

O Brasil registrou déficit de US\$ 28,110 bilhões nas transações correntes em 2021, de acordo com os dados divulgados pelo Banco Central nesta quarta-feira (26). O resultado que representa uma piora em relação ao ano anterior, quando o saldo ficou negativo em US\$ 24,492 bilhões.

O rombo acumulado em 12 meses, ligeiramente acima do que o déficit de US\$ 30 bilhões projetado em dezembro pelo BC, equivale a 1,75% do **PIB** (Produto Interno Bruto), ante 1,69% em 2020.

Segundo os Banco Central, os investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$ 46,441 bilhões, o segundo pior saldo em 12 anos, melhor apenas do que o observado 2020 (US\$37,786bilhões).

O dado sofreu impacto de um IDP negativo em dezembro, o pior para todos os meses da série iniciada em 1995. Houve uma saída de US\$ 3,935 bilhões no mês, ante expectativa no mercado de uma entrada de US\$ 3,1 bilhões.

Entre os destaques, os gastos de brasileiros em viagens ao exterior ficaram no menor patamar em 16 anos, totalizando US\$ 5,250 bilhões. O dado é mais baixo até do que o de 2020 (US\$ 5,394 bilhões), ano marcado por fortes restrições na circulação de pessoas entre países por causa da pandemia.

Nas transações correntes, o resultado do ano passado foi puxado pelo déficit de US\$ 50,471 bilhões na conta primária, ante dado negativo de US\$ 38,264 no ano anterior. Houve déficit de US\$ 17,114 bilhões na conta de serviço e superávit de US\$ 36,181 bilhões na balança comercial.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49803&anchor=6449105&pd=99e6ea00a7bbc5d4764ede128b910cad>

CGU ignora pedidos de Guedes para revelar indicações políticas

LAURIBERTO POMPEU BRASÍLIA

Além de desafios econômicos e ambientais, o governo brasileiro precisará enfrentar barreiras políticas para conquistar uma vaga na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que reúne países desenvolvidos. Desde o ano passado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tenta convencer a Controladoria-Geral da União (CGU) a criar um sistema que revele o "padrinho" de indicados para cargos de confiança no governo com o argumento de que é preciso se adequar aos padrões da entidade. Contudo, diante de pressões políticas, principalmente do Centrão, o órgão de fiscalização ignorou a sugestão até agora.

A abertura do processo de entrada do Brasil na OCDE, com sede em Paris, foi aprovada anteontem. Outros cinco países disputam a vaga: Argentina, Peru, Croácia, Bulgária e Romênia. Para conquistar a cadeira, o País precisará aderir a 251 instrumentos de gestão governamental, que são estipulados pela organização. Na recomendação da entidade sobre "boas práticas para a integridade pública" são sugeridos aos países que adotem formas de "evitar o favoritismo e o nepotismo", de proteger a administração pública "contra interferências políticas indevidas e mitigar riscos de abuso de posição e falta de conduta".

Ainda que não mencione diretamente a publicidade das indicações políticas, o grupo também solicita que as nações assegurem "um sistema justo e aberto para recrutamento, seleção e promoção, com base em critérios objetivos e em um procedimento formalizado".

TRANSPARÊNCIA.

Para Guedes, a divulgação dos nomes de quem indicou dirigentes de estatais e outros cargos de confiança na administração federal é uma forma de o País se adequar aos "padrões" exigidos pela OCDE. Nos Estados Unidos, por exemplo, há o "USA Jobs", uma ferramenta online que permite transparência no processo de preenchimento de cargos do governo.

"O melhor exemplo que nós podemos dar sobre isso é a nossa própria atitude de pedir durante nossos trabalhos com a CGU que seja incluído o Portal da Transparência com todas as indicações para todos os

cargos.

O Ministério da Economia pediu isso, pedi a inclusão desse portal de transparência justamente para convergir nas melhores práticas mundiais na OCDE", disse o ministro da Economia em um podcast da pasta publicado em dezembro.

Em uma crítica ao Centrão, grupo de partidos que ocupa cargos chave na governo de Jair Bolsonaro, como a presidência de estatais, o ministro afirmou ainda que o instrumento é algo que ajudaria a responsabilizar pessoas por eventuais irregularidades. "É importante que todos saibam quem cometeu o equívoco ou erro de indicar a pessoa inadequada para o cargo", disse Guedes.

"Eu não tenho vergonha de nenhuma indicação que eu tenha feito", completou.

A CGU confirma ter recebido o pedido de Guedes em novembro, mas, passados dois meses, até agora não fez nada.

"A solicitação do senhor ministro da Economia, realizada por ocasião da reunião do Comitê Interministerial de Combate à Corrupção (CICC), em 26/11/2021, foi recebida pela CGU e encontra-se em análise", disse a pasta, em nota à reportagem. O Ministério da Economia, por sua vez, afirmou que a sugestão ficou de ser aprofundada nas próximas reuniões do CICC.

CENTRÃO.

Integrante do Centrão, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas- PR), é um dos que resistem à medida. "A ideia não é nova e não vejo utilidade, mas não sou contra", afirmou. "As pessoas indicadas não são necessariamente vinculadas a quem indica. Você às vezes recebe um currículo de uma associação, de determinado setor para que encaminhe a uma pessoa técnica, qualificada. Não é uma indicação dele, é apenas um facilitador", disse.

A ideia, de fato, não é nova.

Em fevereiro de 2019, no seu segundo mês de mandato, Bolsonaro propôs a criação de uma espécie de "banco de talentos", onde as indicações poderiam

ser cadastradas e acompanhadas por todos. A proposta, porém, nunca saiu do papel.

Pelo contrário. O presidente vetou no ano passado instrumento semelhante para estimular critérios técnicos na escolha de cargos, que havia sido incluído pelo Congresso em uma medida provisória.

Resposta A CGU afirmou que recebeu a 'solicitação' de Guedes e que o pedido está em 'análise'

Para entender

Por que a vaga na OCDE é importante ao País

Grupo seletivo O Brasil negocia sua entrada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que reúne países desenvolvidos, desde 2018, mas até agora o convite formal não havia sido feito. Ainda em 2017, durante o governo do presidente Michel **Temer** (MDB), foi iniciado o processo de aproximação, inclusive com a decisão de criar uma embaixada brasileira na sede da OCDE, em Paris.

'Selo de qualidade.

O maior benefício no ingresso brasileiro é um "selo de qualidade" para o mercado internacional altamente favorável ao ambiente de negócios.

Efeito prático Segundo o Ipea, a entrada do Brasil pode aumentar em 0,4% o **PIB** anual. Além disso, o País terá voz ativa nos debates sobre padrões e implementações de políticas públicas. O Brasil pode se beneficiar dos quadros técnicos da OCDE em questões relacionadas à racionalização da tributação, ao combate à corrupção, à capacitação do funcionalismo e à qualificação da educação.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O Brasil e o mundo atentos à China (Editorial)

Mudanças no cenário mundial começam a se somar a fatores internos para lançar mais sombras sobre o desempenho da economia brasileira em 2022. A aceleração da **inflação** nas principais economias mundiais deverá exigir altas dos juros básicos, o que tenderá a reduzir o fluxo de recursos financeiros para as economias emergentes, como a brasileira. As últimas estatísticas da economia chinesa e as projeções para 2022 são igualmente preocupantes, pois a China é, de longe, o principal importador de produtos brasileiros.

A segunda maior economia do mundo, atrás apenas da americana, mas se aproximando rapidamente desta, cresceu 8,1% no ano passado, um desempenho à primeira vista excepcional num mundo ainda conturbado pela pandemia. Mas esse crescimento se dá sobre uma base baixa (em 2020, o Produto Interno Bruto - **PIB** - chinês cresceu 2,2%, variação muito pequena para os padrões chineses). E, ao longo do ano passado, os resultados em relação a 2020 foram diminuindo. No segundo trimestre, o aumento tinha sido de 18,3% sobre igual período de 2020; no último, foi de 4,9%. Neste ano, o crescimento deve ficar em cerca de 5%, bem menos do que o padrão observado há décadas.

No Brasil, as projeções mais frequentes são de que o Produto Interno Bruto nacional crescerá menos de 0,5% em 2022. Já há previsões do encolhimento do **PIB** neste ano. A **inflação**, que passou dos dois dígitos (10,06%) em 2021, será menor em 2022, mas ainda assim ficará acima do teto de tolerância da política de metas inflacionárias.

Impulsionada pelas exportações de produtos do agronegócio, a balança comercial tem desempenhado um papel essencial no equilíbrio das contas externas do País. E a China é, há anos, a principal responsável pelos expressivos superávits da balança comercial. O mercado chinês, como mostrou o Estado (24/1), absorveu 31,3%, praticamente um terço, de tudo o que o Brasil exportou no ano passado.

Eventual queda da demanda chinesa por bens importados pode afetar as exportações brasileiras e, conseqüentemente, o desempenho de toda a economia do País.

Medidas rigorosas de isolamento social em razão do

surgimento da nova variante da covid-19, que só um governo ditatorial como o chinês consegue impor, devem conter a atividade econômica durante algum período deste ano. A crise do setor imobiliário, com o colapso de um dos maiores empreendimentos modernos, está igualmente afetando a atividade econômica. Além disso, a estratégia do governo prevê a mudança gradual do modelo de crescimento, até agora voltado para o mercado externo, focando-o no mercado interno, para melhorar as condições de vida dos chineses.

Despreparado para enfrentar os problemas internos - alguns dos quais por ele próprio exacerbados, como a crise fiscal e a alta do dólar -, o governo de Jair Bolsonaro vê surgirem novos, sobre os quais não tem nenhuma influência. Ironicamente, um deles pode vir da China, sempre criticada pelos bolsonaristas fanáticos. À população, resta torcer para que mais este impacto sobre um país sofrido seja brando.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Surpresa em prévia da inflação leva mais previsões de IPCA a superar 5%

Anais Fernandes e Gabriel Vasconcelos De São Paulo e do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187125

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187125

Importação e remessas puxam déficit em 2021

Larissa Garcia e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187125

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187125